

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Da Sra. Deputada JÔ MORAES)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado de Transportes, Portos e Aviação Civil, Sr. Valter Casimiro, acerca do estudo preliminar feito pela empresa *Estação da Luz Participações Ltda*, sobre a concessão de Ferrovia Greenfield.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Exmo. Senhor Ministro de Estado de Transportes, Portos e Aviação Civil, Sr. Valter Casimiro, o presente requerimento para que sejam prestados os esclarecimentos que se seguem:

1. As audiências que seriam realizadas nos municípios de Itaituba/PA e Novo Progresso/PA foram canceladas, conforme comunicado divulgado pela ANTT dia 25/10/17. O prazo de realização dessas audiências terminou no dia 29/01/2018. Porém o Diretor Geral da ANTT assumiu o compromisso de reagendar todas as Audiências canceladas. Não recebemos informações sobre a remarcação destas. Essas Audiências serão reagendadas ou foram canceladas definitivamente?
2. Qual a situação atual do processo de concessão da EF-170 e quais são as próximas etapas?
3. No dia 12 de dezembro de 2017, durante a Sessão Pública realizada em Brasília, o Diretor Geral da ANTT assumiu o seguinte compromisso: “Vamos voltar a agendar as Audiências Públicas que foram canceladas, os estudos vão ser

aprofundados ao máximo para que fique bem claro e atenda ao povo brasileiro. Todas as reivindicações serão respondidas. Vamos fazer quantas Audiências forem necessárias. Vamos ouvir todas as comunidades, não só as indígenas. Todo mundo será ouvido antes de mandarmos (o edital) para o TCU”. Diante dessa afirmação, solicitamos esclarecimentos sobre quando serão realizadas as Audiências Públicas canceladas e quando serão publicados os estudos aprofundados.

4. É sabido que a construção da Ferrogrão tem impactos diretos em comunidades indígenas tanto no Estado do MT quanto no PA. A Convenção n. 169 da OIT garante o direito à consulta livre, prévia e informada sobre decisões administrativas que possam ter impactos sobre seu modo de vida. Isso posto, Vossa Excelência e a ANTT pretendem cumprir o que diz a referida Convenção? Caso afirmativo quando e de que forma isso será feito?
5. A ANTT pretende enviar a minuta de edital de concessão ao TCU antes de publicar os novos estudos aprofundados conforme prometido pelo Diretor Geral?
6. A ANTT pretende enviar a minuta de edital de concessão ao TCU antes de voltar a agendar as Audiências Públicas que foram canceladas, conforme prometido pelo Diretor Geral?
7. A ANTT pretende enviar a minuta de edital de concessão ao TCU antes de cumprir os procedimentos determinados pela Convenção n.169 da OIT?
8. De que forma foi custeado o estudo/proposta preliminar da EF-170? O estudo/proposta foi apresentado por qual empresa? Houve algum tipo de consórcio ou parceria entre mais de uma empresa para realização e custeio da proposta? Em caso afirmativo, quais foram essas empresas?
9. Solicitamos ainda o envio de cópia de todos os processos e de todos os documentos que envolvem a concessão da EF 170 (chamada de Ferrogrão), inclusive aqueles relacionados à

apresentação da proposta e aos estudos preliminares.

JUSTIFICAÇÃO

A Agência Nacional de Transportes (ANTT) abriu a Audiência Pública n. 14/2017 no dia 30 de Outubro de 2017, com o objetivo de “colher subsídios, com vistas ao aprimoramento da Minuta de Edital e dos Estudos Técnicos que se prestarão a disciplinar as condições em que se dará a concessão de ferrovia greenfield compreendida entre os municípios de Sinop/MT e Itaituba/PA, projeto integrante do Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal”. As audiências seriam realizadas em 5 locais, entre os meses de novembro e dezembro de 2017.

Entretanto, a ANTT divulgou um comunicado no dia 25 de outubro de 2017, de que as audiências nos municípios de Itaituba/PA e Novo Progresso/PA seriam canceladas, enquanto as outras 3 (três) audiências seriam realizadas, porém em localidades que não serão afetadas diretamente pela construção da ferrovia.

Foi afirmado, pelo Diretor Geral da ANTT, na Audiência Pública de Brasília:

“Vamos voltar a agendar as audiências públicas que foram canceladas, os estudos vão ser aprofundados ao máximo para que fique bem claro e atenda ao povo brasileiro. Todas as reivindicações serão respondidas. Vamos fazer quantas audiências forem necessárias. Vamos ouvir todas as comunidades, não só as indígenas. Todo mundo será ouvido antes de mandarmos (o edital) para o TCU”.

Além do compromisso público feito pelo Diretor Geral da ANTT, foi elaborado um documento na mesma data pelo Presidente da Audiência Pública, Sr. Alexandre Porto e os representantes das comunidades indígenas ali presente, reafirmando o compromisso da ANTT em cumprir a Convenção n. 169 da OIT antes do envio de qualquer proposta ao Tribunal de Contas da União.

O prazo das audiências acabou no dia 29/01/2017, porém a ANTT, até o presente momento, não divulgou informações sobre possíveis reagendamentos das audiências nos municípios onde foram canceladas e, tampouco, se irá marcar novas em todos os

municípios impactados pela Ferrogrão. Diante do silêncio da Agência, há enorme risco de que os acordos sejam descumpridos e o processo seja enviado ao TCU sem que os direitos das populações afetadas sejam garantidos.

Outro ponto que afeta diretamente os impactos da construção da referida ferrovia são os estudos preliminares, principalmente as análises de impacto ambiental, que devem ser solicitadas pelas empresas de logísticas envolvidas pelo IBAMA previamente à elaboração do plano de execução. Dessa forma, a solicitação de informações desse requerimento sobre o estudo preliminar feito pela empresa *Estação da Luz Participações Ltda* tem como objetivo avaliar se este foi feito de acordo com as melhores práticas e a legislação vigente.

Sala das Sessões, de de 2018.

Deputada Jô Moraes
PCdoB/MG